



CÓD: OP-093AG-23  
7908403540945

# **CIDADE OCIDENTAL - GO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE OCIDENTAL - GOIÁS**

Assistente Social

**EDITAL DE ABERTURA Nº 02/2023**

## ***Língua Portuguesa***

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados.....	7
2. Interpretação textual de gêneros textuais variados. ....	8
3. Modos de enunciação presentes no texto.....	8
4. Gramática normativa. ....	9
5. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto.....	10
6. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade). ....	14
7. Progressão temática. ....	15
8. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal. Elementos de sequenciação textual: referência, substituição, repetição, conectores e outros elementos. ....	15
9. Tipos de argumento. ....	25
10. Classificação gramatical. ....	16
11. Processo de formação de palavras.....	22
12. Análise morfosintática. ....	23
13. Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa. ....	25
14. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. ....	26
15. Concordância verbal e nominal. ....	29
16. Regência verbal e nominal. ....	32
17. Colocação pronominal. ....	33
18. Pontuação. ....	33

## ***Matemática***

1. Conjuntos numéricos.....	53
2. Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos.....	59
1. Números racionais e reais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto. ....	60
2. Noções de Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos simples, permutações simples e combinações simples.....	60
3. Noções de Estatística. Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos. Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos.....	63
4. Medidas de centralidade e medidas de dispersão.....	64
5. Noções de Probabilidade: experimento aleatório, espaços amostrais finitos e equiprováveis e eventos aleatórios. ....	65
6. Regra de três simples e composta. ....	67
7. Noções de Matemática Financeira: razão, proporção, porcentagem, juros simples, juros compostos e descontos simples. ...	68
8. Números complexos: conceito, operações e representação geométrica. ....	73
9. Progressão aritmética e progressão geométrica: razão, termo geral e soma dos termos. ....	78
10. Conceito, representação gráfica e aplicações das funções: afim, quadrática, exponencial, logarítmica e modulares. ....	80
11. Sistemas de equações: conceito, resolução, discussão e representação geométrica.....	90
12. Geometria plana: polígonos regulares, perímetro e áreas. Geometria espacial: poliedros regulares, perímetro, áreas e volumes. ....	92

---

## ***Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais de Goiás e de Cidade Ocidental-GO***

1. Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos. Mundo do trabalho. Mobilidade e migrações. Emergências de saúde, surtos e epidemias. Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais e políticas ambientais.....	105
2. Formação histórico-territorial de Goiás.....	105
3. A colonização de Goiás .....	106
4. A independência de Goiás. ....	107
5. Goiás no período imperial. ....	107
6. Política e sociedade em Goiás na República. ....	108
7. A construção de Goiânia e a mudança da capital. ....	108
8. Modernização da agricultura e urbanização do território de Goiás. ....	109
9. A economia goiana no contexto nacional. ....	114
10. População e urbanização de Goiás. ....	115
11. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. Natureza, cultura e turismo na Cidade Ocidental e no estado de Goiás. ....	120
12. História dos quilombos. ....	127

## ***Noções de Informática***

1. Família de sistemas operacionais Microsoft Windows para microcomputadores pessoais: interface gráfica do usuário e seus elementos, além da utilização da ajuda e suporte e dos atalhos de teclado.....	133
2. Gerenciamento de arquivos e pastas, incluindo os tipos de arquivos e suas extensões e a pesquisa e localização de conteúdo.....	148
3. Configurações e Painel de Controle, abrangendo a Solução de Problemas.....	151
4. Procedimentos de backup e gerenciamento de impressão. ....	168
5. Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação ou desativação de recursos, incluindo a configuração de aplicativos. ....	168
6. Compactação e extração de conteúdo a partir de arquivos zip. ....	168
7. Aplicativos pertencentes ao Windows (Bloco de Notas, Paint, WordPad e Mapa de Caracteres).....	169
8. Aplicativos para escritórios por meio de software livre e de software proprietário.....	171
9. Processador de textos (criação, edição e formatação de textos e recursos voltados à automação de documentos). Planilha eletrônica (tipos de dados e referências, criação de planilhas e gráficos inserindo fórmulas aritméticas e fórmulas baseadas em funções de planilha, configuração de página e impressão, formatação de células e formatação condicional, validação de dados e aplicação de filtros e obtenção de dados de fontes externas). Gerador de apresentação (criação de slides, formatação e inserção de imagens e objetos, efeitos de transição e animações, apresentação de slides e exportação para o formato PDF).....	175
10. Navegadores de Internet, serviços de busca na Web e uso do correio eletrônico. Serviços de correio eletrônico.....	180

## ***Conhecimentos Específicos***

1. A crise contemporânea e suas transformações na sociedade capitalista.....	191
2. Estado, Sociedade e questão social.....	197
3. Política social, cidadania e direitos.....	229
4. A política da seguridade social no Brasil: concepção, marco legal, gestão, financiamento e controle social .....	243
5. Política de Saúde, Política de Assistência Social e a Previdência Social.....	243
6. Saúde e Serviço Social.....	244
7. Reforma Sanitária e Serviço Social. ....	255
8. Serviço Social e Controle Social no SUS. ....	257
9. Cotidiano e ética no exercício profissional dos assistentes sociais nos serviços de saúde.....	263
10. Políticas de saúde no SUS: Política Nacional de Saúde Mental .....	278
11. Política Nacional sobre Drogas .....	290
12. Política Nacional de Promoção da Saúde.....	294
13. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança .....	295
14. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.....	303
15. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.....	305
16. Política Nacional para a População em Situação de Rua.....	310
17. Configuração recente da Política Social no Brasil.....	317
18. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social.....	317
19. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro .....	327
20. Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social .....	329
21. Programas e projetos nas instituições públicas .....	349
22. Política pública de Educação: tendências, perspectivas, regulamentação e atuação do Assistente Social.....	383
23. Políticas de cotas, ações afirmativas e assistência estudantil .....	397
24. O trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade .....	398
25. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social.....	409

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS.

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

### Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

<b>TEXTO NARRATIVO</b>	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
<b>TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO</b>	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
<b>TEXTO EXPOSITIVO</b>	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
<b>TEXTO DESCRITIVO</b>	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
<b>TEXTO INJUNTIVO</b>	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

### Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

### INTERPRETAÇÃO TEXTUAL DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS.

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

#### Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...**

### MODOS DE ENUNCIÇÃO PRESENTES NO TEXTO.

– **Dialogismo**: no processo ensino-aprendizagem, a interação entre mentor e aprendiz tem sua fundamentação no dialogismo, o que consiste no requisito essencial do sentido da manifestação da linguagem. O dialogismo é o entendimento do que é o diálogo, suas funções consistem em:

1 – Conceder sentido ao ser humano, pois a ele estão sempre associadas a reflexão e a ação;

2 – Contextos históricos, sociais e culturais, que são essenciais para a existência do diálogo, por isso, os diálogos não constituem meramente um intercâmbio aleatório de códigos. Os agentes comunicativos recorrem às suas subjetividades particulares ao atribuírem significado ao discurso que emite e ao discurso que escuta. Assim, a linguagem dialógica constitui o elo entre educador e educando, fazendo com que o conhecimento floresça a partir dessa interação.

– **Polifonia**: um mesmo texto pode não apresentar apenas um enunciado, mas diversos, constituindo, assim, o fenômeno da polifonia, que consiste na presença de muitas vozes em um único texto. Existem algumas unidades gramaticais que podem operar como sinais para identificar a presença das vozes no texto, sendo elas:

1 – Índices de determinados elementos gramaticais que podem funcionar como indícios da presença de outra “voz”.

Alguns dos principais são: marcadores de pressuposição, intertextualidade, determinados operadores argumentativos (representados, em geral, por conectivos), discurso indireto livre, recursos gráficos como negrito ou itálico ou mesmo aspas, em alguns casos.

– **Discurso**: em termos científicos e linguísticos, o discurso é um modo de linguagem escrita ou falada, respectivamente, texto e conversação nos contextos político, social ou cultura. Em termos gerais, discurso é toda conjuntura que implica a comunicação em um dado contexto. No que se refere aos elementos, o discurso está estruturado em três níveis:

1 – A pessoa que fala;

2 – A pessoa para quem se fala;

3 – Sobre o que se fala.

A fala, presente em todos os níveis, ocorre em forma de narrativa nos discursos direto, indireto e indireto livre. O discurso atua como a ação oral e verbal de voltar-se a uma audiência, visa não somente à exposição ou à comunicação de algo, como também de convencer o ouvinte.

Existem três tipos de discurso, são eles:

– Direto (onde existe uma pausa na narrativa, para que o narrador reproduza de forma fiel a fala de um personagem);

– Indireto (onde a fala da personagem não é reproduzida de forma fiel ou explícita, mas nas palavras do narrador);

– Indireto livre (misto dos discursos direto e indireto, em que as falas são reproduzidas e explícitas, tanto do narrador quanto dos personagens).

– **Enunciado**: sumariamente, o enunciado é uma ocorrência discursiva, ou seja, é a unidade real de interação/comunicação verbal entre os agentes comunicativos, onde estão envolvidas as mais diversas formas de manifestação linguística. Melhor dizendo, o discurso é a organização das palavras de modo a criar uma frase, uma sentença ou uma ideia concluída. Dessa forma, um simples termo significativo (como “Veja!” ou “Saia!”) pode consistir em um enunciado.

– **Enunciação**: diz respeito à função internacional e social a partir da qual o enunciatário (pessoa que comunica oral ou verbalmente), coloca a língua em prática, considerando um enunciatário (pessoa para quem se comunica). No âmbito da linguagem, como também em outras áreas, a enunciação, dependendo da abordagem teórica, assume diversas definições. O **enunciado** é o produto da enunciação.

– **Texto**: a definição ampla de texto é uma produção (verbal ou não), constituída por um código da linguagem, com a intenção de informar algo a alguém, em tempo e espaço determinados. Em termos gramaticais, texto é a mais elevada unidade linguística,

transcendendo a sentença. O texto compõe o sistema linguístico, pois suas estruturas viáveis em toda língua estão submetidas a uma gramática textual.

– **Gêneros discursivos:** segundo o linguista Mikhail Bakhtin, os gêneros discursivos são tipos constantes de enunciados. Sua função principal é organizar o discurso, e, por isso, contribuem amplamente para o ensino de línguas. Os PCNs recomendam o trabalho com os gêneros discursivos, argumentando que:

Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam (BRASIL, 1998, p. 21).

Para Bakhtin, os gêneros discursivos classificam-se em dois tipos:

1 – Os primários, que se referem, principalmente, ao âmbito da oralidade, isto é, ao diálogo, a maneira mais tradicional da comunicação, o que atribui às ideias cotidianas uma relevância única;

2 – Os secundários, relacionados ao conto, à crônica, aos romances, aos manuais de instrução, aos textos científicos ou publicitários, etc.

## GRAMÁTICA NORMATIVA.

### A Linguagem Culta ou Padrão

É aquela ensinada nas escolas e serve de veículo às ciências em que se apresenta com terminologia especial. É usada pelas pessoas instruídas das diferentes classes sociais e caracteriza-se pela obediência às normas gramaticais. Mais comumente usada na linguagem escrita e literária, reflete prestígio social e cultural. É mais artificial, mais estável, menos sujeita a variações. Está presente nas aulas, conferências, sermões, discursos políticos, comunicações científicas, noticiários de TV, programas culturais etc.

Ouvindo e lendo é que você aprenderá a falar e a escrever bem. Procure ler muito, ler bons autores, para redigir bem.

A aprendizagem da língua inicia-se em casa, no contexto familiar, que é o primeiro círculo social para uma criança. A criança imita o que ouve e aprende, aos poucos, o vocabulário e as leis combinatórias da língua. Um falante ao entrar em contato com outras pessoas em diferentes ambientes sociais como a rua, a escola e etc., começa a perceber que nem todos falam da mesma forma. Há pessoas que falam de forma diferente por pertencerem a outras cidades ou regiões do país, ou por fazerem parte de outro grupo ou classe social. Essas diferenças no uso da língua constituem as variedades linguísticas.

Certas palavras e construções que empregamos acabam denunciando quem somos socialmente, ou seja, em que região do país nascemos, qual nosso nível social e escolar, nossa formação e, às vezes, até nossos valores, círculo de amizades e hobbies. O uso da língua também pode informar nossa timidez, sobre nossa capacidade de nos adaptarmos às situações novas e nossa insegurança.

A norma culta é a variedade linguística ensinada nas escolas, contida na maior parte dos livros, registros escritos, nas mídias televisivas, entre outros. Como variantes da norma padrão aparecem: a linguagem regional, a gíria, a linguagem específica de grupos ou profissões. O ensino da língua culta na escola não tem a finalidade de condenar ou eliminar a língua que falamos em nossa família ou em nossa comunidade. O domínio da língua culta, somado ao domínio de outras variedades linguísticas, torna-nos mais preparados

para nos comunicarmos nos diferentes contextos lingüísticos, já que a linguagem utilizada em reuniões de trabalho não deve ser a mesma utilizada em uma reunião de amigos no final de semana.

Portanto, saber usar bem uma língua equivale a saber empregá-la de modo adequado às mais diferentes situações sociais de que participamos.

A norma culta é responsável por representar as práticas linguísticas embasadas nos modelos de uso encontrados em textos formais. É o modelo que deve ser utilizado na escrita, sobretudo nos textos não literários, pois segue rigidamente as regras gramaticais. A norma culta conta com maior prestígio social e normalmente é associada ao nível cultural do falante: quanto maior a escolarização, maior a adequação com a língua padrão.

Exemplo:

Venho solicitar a atenção de Vossa Excelência para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, senhor presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar este esporte violento sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico de suas funções orgânicas, devido à natureza que dispôs a ser mãe.

### A Linguagem Popular ou Coloquial

É aquela usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismo – erros de regência e concordância; barbarismo – erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonismo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua. A linguagem popular está presente nas conversas familiares ou entre amigos, anedotas, irradiação de esportes, programas de TV e auditório, novelas, na expressão dos esta dos emocionais etc.

### Dúvidas mais comuns da norma culta

#### Perca ou perda

Isto é uma perda de tempo ou uma perca de tempo? Tomara que ele não perca o ônibus ou não perda o ônibus? Quais são as frases corretas com perda e perca? Certo: Isto é uma perda de tempo.

#### Embaixo ou em baixo

O gato está embaixo da mesa ou em baixo da mesa? Continuarei falando em baixo tom de voz ou embaixo tom de voz? Quais são as frases corretas com embaixo e em baixo? Certo: O gato está embaixo da cama

#### Ver ou vir

A dúvida no uso de ver e vir ocorre nas seguintes construções: Se eu ver ou se eu vir? Quando eu ver ou quando eu vir? Qual das frases com ver ou vir está correta? Se eu vir você lá fora, você vai ficar de castigo!

#### Onde ou aonde

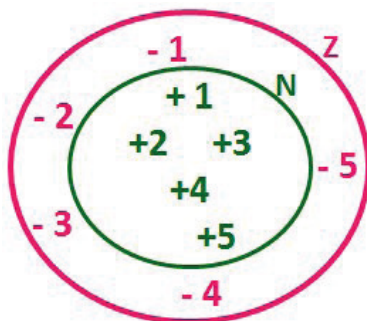
Os advérbios onde e aonde indicam lugar: Onde você está? Aonde você vai? Qual é a diferença entre onde e aonde? Onde indica permanência. É sinônimo de em que lugar. Onde, Em que lugar Fica?

# MATEMÁTICA

## CONJUNTOS NUMÉRICOS.

### Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais  $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ,  $(N \subset Z)$ ; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$  (N está contido em Z)

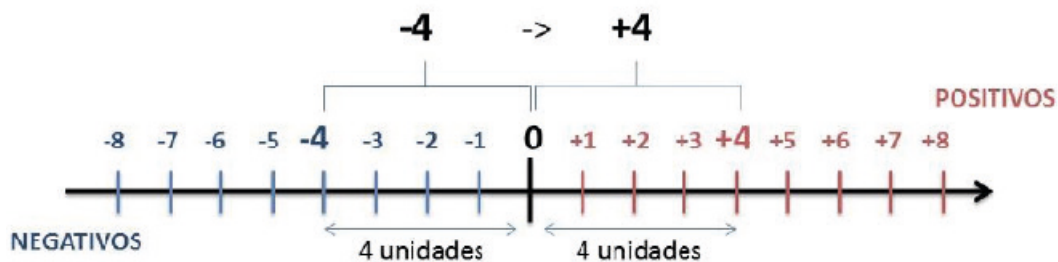
Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	$Z^*$	Conjunto dos números inteiros <b>não nulos</b>
+	$Z_+$	Conjunto dos números inteiros <b>não negativos</b>
* e +	$Z^*_+$	Conjunto dos números inteiros <b>positivos</b>
-	$Z_-$	Conjunto dos números inteiros <b>não positivos</b>
* e -	$Z^*_-$	Conjunto dos números inteiros <b>negativos</b>

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por  $| \cdot |$ . O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos:  $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$



**Operações**

• **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

**ATENÇÃO:** O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

**ATENÇÃO:** todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

**Exemplo:**

**(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP)** Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.  
(B) 45.  
(C) 42.  
(D) 36.  
(E) 32.

**Resolução:**

$50 - 20 = 30$  atitudes negativas  
 $20 \cdot 4 = 80$   
 $30 \cdot (-1) = -30$   
 $80 - 30 = 50$

**Resposta: A**

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números  $a$  e  $b$ , pode ser indicado por  $a \times b$ ,  $a \cdot b$  ou ainda  $ab$  sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

**ATENÇÃO:**

1) No conjunto  $Z$ , a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

2) Não existe divisão por zero.

3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

**Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo.**

**Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo.**

**Exemplo:**

**(PREF.DE NITERÓI)** Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10  
(B) 15  
(C) 18  
(D) 20  
(E) 22

**Resolução:**

São 8 livros de 2 cm:  $8 \cdot 2 = 16$  cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$  cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$  livros de 3 cm

O total de livros da pilha:  $8 + 12 = 20$  livros ao todo.

**Resposta: D**

• **Potenciação:** A potência  $a^n$  do número inteiro  $a$ , é definida como um produto de  $n$  fatores iguais. O número  $a$  é denominado a *base* e o número  $n$  é o *expoente*.  $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$ ,  $a$  é multiplicado por  $a$   $n$  vezes. Tenha em mente que:

– Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

**Propriedades da Potenciação**

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes.  $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes.  $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

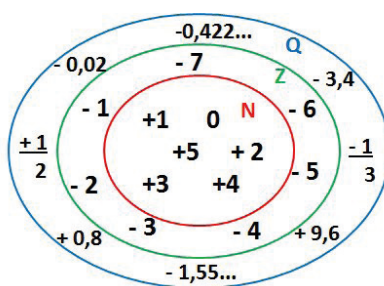
3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes.  $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base.  $(-a)^1 = -a$  e  $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1.  $(+a)^0 = 1$  e  $(-b)^0 = 1$

**Conjunto dos números racionais – Q**

Um número racional é o que pode ser escrito na forma  $\frac{m}{n}$ , onde  $m$  e  $n$  são números inteiros, sendo que  $n$  deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos  $m/n$  para significar a divisão de  $m$  por  $n$ .



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	$Q^*$	Conjunto dos números racionais <b>não nulos</b>
+	$Q_+$	Conjunto dos números racionais <b>não negativos</b>
* e +	$Q^*_+$	Conjunto dos números racionais <b>positivos</b>
-	$Q_-$	Conjunto dos números racionais <b>não positivos</b>
* e -	$Q^*_-$	Conjunto dos números racionais <b>negativos</b>

**Representação decimal**

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

**Representação Fracionária**

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444... = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131... = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278... = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

# ATUALIDADES E HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS GERAIS DE GOIÁS E DE CIDADE

**CONFLITOS SOCIAIS, POBREZA, FOME E DIREITOS HUMANOS. MUNDO DO TRABALHO. MOBILIDADE E MIGRAÇÕES. EMERGÊNCIAS DE SAÚDE, SURTOS E EPIDEMIAS. QUESTÕES ATUAIS DO MEIO AMBIENTE, DESASTRES AMBIENTAIS E POLÍTICAS AMBIENTAIS.**

## A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto àquele conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como es-

tudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

## FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DE GOIÁS.

O pontapé da história de Goiás se deu com a chegada dos bandeirantes, vindos de São Paulo, em busca de ouro, no final do século XVII e início do século XVIII. O contato entre nativos indígenas, negros e os bandeirantes foi fator decisivo para a formação da cultura do Estado, deixando como legado as principais cidades históricas, como Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Goiás, antiga Vila Boa e primeira capital de Goiás.

O nome do Estado tem origem na denominação da tribo indígena “guaiás” que, por corruptela, se tornou Goiás. Vem do termo tupi “gwaya”, que quer dizer “indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça”.

De acordo com a história, Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o Anhangüera, foi o primeiro bandeirante a ocupar Goiás. Entretanto, o Estado era conhecido e fazia parte da rota dos Bandeirantes já no primeiro século da colonização do Brasil. As primeiras Bandeiras eram de caráter oficial e destinadas a explorar o interior em busca de riquezas minerais, e outras empresas comerciais de particulares organizadas para captura de índios.

A Bandeira saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722. O caminho já não era tão difícil como nos primeiros tempos. Três anos depois, os bandeirantes voltaram triunfantes a São Paulo, divulgando a descoberta de cinco córregos auríferos, minas tão ricas quanto as de Cuiabá, com ótimo clima e fácil comunicação.

Pouco tempo depois, os bandeirantes organizaram uma nova expedição para a exploração do novo território, tendo Bartolomeu, agora como superintendente das minas, e João Leite da Silva Ortiz, como guarda-mor. A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho, onde foi fundado o arraial de Sant’Ana, posteriormente chamado de Vila Boa e mais tarde de Cidade de Goiás.

A época do ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 50 anos, a mineração entrou em rápida e completa decadência. Por outro lado, só se explorou o ouro de aluvião, isto é, das margens dos rios, e a técnica empregada era rudimentar.

Goiás pertenceu até 1749 à capitania de São Paulo. Após esta data, tornou-se capitania independente. Com o declínio do ouro, o governo adotou medidas administrativas que não trouxeram resultado satisfatório. Não havia um produto tão vantajoso que pudesse substituir o ouro, até então, sinônimo de lucro fácil. Com a economia fragilizada, a sociedade goiana regrediu a uma economia rural e de subsistência.

Assim como no Brasil, o processo de independência em Goiás se deu gradativamente. A formação das juntas administrativas, que representam um dos primeiros passos neste sentido, deu oportunidade às disputas pelo poder entre os grupos locais.

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente, graças a alguns fatores como a construção de Goiânia, o desbravamento do mato grosso goiano, e a campanha nacional “Marcha para o Oeste”, que culmina na década de 50 com a construção de Brasília, e imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás.

Já na década de 1960, o Estado passa a apresentar um processo dinâmico de desenvolvimento. Nos anos mais recentes, Goiás passa a ser um grande exportador de commodities agropecuárias, com destaque para o rápido processo de industrialização. Hoje, está inserido no comércio nacional, aprofundando e diversificando, a cada dia, suas relações com os grandes centros comerciais.

O processo de modernização agrícola na década de 1970 e o posterior desenvolvimento do setor agroindustrial na década de 1980 representaram uma nova página para o desenvolvimento do Estado de Goiás. A expansão desses setores ampliou as exportações e os elos da cadeia industrial goiana.

Apesar da suposta “vocação natural” do Estado para agricultura, o papel interventor do setor público, tanto federal como estadual, foi vital para o processo de modernização da agricultura e desenvolvimento do setor agroindustrial. Porém, há registros de que o setor público foi essencial para a estruturação dessas atividades no território goiano. As culturas priorizadas foram, principalmente, a soja, o milho e, mais recentemente, a cana-de-açúcar. Tais culturas foram selecionadas devido ao seu maior potencial exportador e maior encadeamento com a indústria.

Em meio a essas transformações, em 1988, o norte do Estado foi desmembrado, dando origem ao Estado do Tocantins.

A partir da década de 1990 houve maior diversificação do setor industrial por meio do crescimento de atividades do setor de fabricação de produtos químicos, farmacêuticos, veículos automotores e produção de etanol. Fator responsável pela atração desse capital foram os programas de incentivos fiscais estaduais implementados a partir da década de 1980.

O dinamismo econômico provocado por todos esses processos ocasionou também a redistribuição da população no território, por meio de um intenso  xodo rural. As novas formas de produção adotadas, intensivas em capital, foram as principais responsáveis pela mudanç a da população do campo para a cidade. As cidades que receberam a maior parte desses migrantes do campo foram a capital, Goiânia, as cidades da região do Entorno de Brasília, como Luziânia e Formosa, e as cidades próximas às regiões que desenvolveram o agronegócio, como Rio Verde, Jataí, Cristalina e Catalão.

Goiás também se tornou um local de alto fluxo migratório nas últimas décadas, sendo considerado um dos Estados com maior fluxo migratório líquido do país. As principais razões para esse alto fluxo migratório são a localização estratégica, que interliga praticamente todo o país por eixos rodoviários, o dinamismo econômico e também a proximidade com a capital federal, Brasília.

Fonte: Disponível em: <https://www.goias.gov.br/conheca-goias/historia.html>. Acesso em: 16.ago.2023

## A COLONIZAÇÃO DE GOIÁS

Aos tempos do descobrimento do Brasil pelos portugueses, a região do atual estado de Goiás era habitada pelos  ndios Av s-canoeiros, tupi-guaranis e tapuias. A ocupação do território goiano teve início com Catarina Silva e as expedições de aventureiros (bandeirantes) provenientes da Capitania de São Vicente. As Bandeiras objetivavam procurar metais preciosos e capturar índios que, por sua vez, serviam como mão de obra escrava no desenvolvimento da agricultura e minas, tanto no “território dos Goyazes” quanto na Capitania de São Vicente. Além destas, outras expedições saíam do Pará, nas chamadas Descidas com vistas à catequese e ao aldeamento dos índios da região. Todas essas expedições tinham como rota o território do atual estado, mas não se dava a criação de vilas permanentes e nem a manutenção de um notável número de população na região.

Com a descoberta de ouro na área, a ocupação efetiva se consolidou, tornando-se propriamente dita. Devido à descoberta de ouro em Minas Gerais (próximo   Ouro Preto) e em Mato Grosso (próximo   Cuiabá) entre 1698 e 1718, acreditava-se que a região também possuía abundância em minérios, ideia que ganhou forçá com a crença, de origem renascentista, de que o ouro era mais abundante quanto mais próximo da Linha do Equador e no sentido leste-oeste. Assim sendo, a busca por ouro no território se intensificou cada vez mais, fazendo deste o foco das expedições dos Bandeirantes pela região.

Um das Bandeiras mais importantes recebida pelo território goiano foi a liderada por Francisco Bueno, a primeira a encontrar ouro nestas terras, em 1682, embora em pequena quantidade. A região explorada por essa Bandeira estendeu-se das margens do Rio Araguaia até a região do atual município de Anhanguera. Bartolomeu Bueno da Silva, filho de Francisco Bueno e conhecido por Anhanguera (Diabo velho), também fazia parte desta Bandeira. Segundo registros, Bartolomeu Bueno da Silva interessou-se pelo ouro que adornava algumas  ndias de uma tribo, mas não obteve sucesso em obter informações confiáveis sobre a localização exata desse ouro. Para descobrir a localização, Anhanguera resolveu ameaçar por fogo nas fontes e rios da região, utilizando aguardente para convencer os índios da tribo de que tinha “poderes” e meios para fazer isto acontecer. Apavorados, os índios levaram-no imediatamente às jazidas, surgindo assim o apelido “Anhanguera” (Diabo Velho ou Feiticeiro).

O filho de Anhanguera, também chamado Bartolomeu Bueno da Silva, tentou retornar aos locais onde seu pai havia passado, 40 anos após o acontecido. Bueno da Silva tinha como objetivo encontrar a “Serra dos Martírios”, um lugar fantástico onde grandes cristais aflorariam, tendo formas semelhantes a coroas, lanças e cravos, referentes à “Paixão de Cristo”. Esse lugar, místico, nunca foi encontrado, mas este acabou chegando às regiões próximas ao rio Vermelho, onde encontrou ouro em maior quantidade em 1722. Bartolomeu Bueno da Silva acabou fixando-se na vila de Sant’Anna, em 1727, que mais tarde viria a se tornar a Vila Boa de Goyaz.

Depois de seu retorno a São Paulo, onde apresentou os achados em terras goianas, Bueno da Silva foi nomeado capitão-mor das “minas das terras do povo Goi ”. Apesar disso, sua influência foi

sendo diminuída a medida que a administração régia se organizava na região. Acusado de sonegação de rendas, Bueno da Silva perdeu direitos obtidos junto ao rei, falecendo pobre e sem poder em 1740. O ouro explorado na área era retirado principalmente da superfície dos rios, através da peneiragem do cascalho, se tornando escasso após 1770. A região passou a viver basicamente da pequena agricultura de subsistência e de algumas atividades relativas à pecuária. Nesta época, as principais regiões de Goiás exploradas pela Capitania de São Paulo eram o Centro-Sul (proximidades dos limites com São Paulo), o Alto Tocantins e o Norte da capitania, até os limites da cidade de Porto Nacional (hoje pertencente ao Tocantins). Estas regiões, entretanto, só viriam a receber ocupação humana intensamente a partir dos séculos XIX e XX, como resultado da ampliação da pecuária e agricultura.[15]

#### **Separação da Capitania de São Paulo**

O atual estado de Goiás foi administrado, no período colonial, pela Capitania de São Paulo, na época a maior delas, estendendo-se do Uruguai até o atual estado de Rondônia. Todavia, seu poder não era tão extenso e proeminente, ficando distante das populações e, também, dos rendimentos.

Depois da descoberta de ouro em Goiás, em 1722, os portugueses buscaram aproximar-se da região produtora, como uma forma de controlar melhor a produção de ouro e evitar o contrabando, além de servir como uma resposta mais imediata aos ataques dos índios e controlar os conflitos e revoltas entre os mineradores. Assim sendo, foi criado através de alvará régio a Capitania de Goiás, desmembrada de São Paulo em 1744, com a divisão efetivada em 1748. O primeiro governador da então Capitania de Goyaz foi Dom Marcos de Noronha, que passou a residir em Vila Boa de Goyaz. Durante a maior parte do período colonial e imperial, os limites territoriais entre as capitanias e províncias não eram demarcados com exatidão, estando quase sempre definidos pelos limites das paróquias ou através de deliberações políticas oriundas do poder central. Nesse período, Goiás foi uma das administrações a sofrer maiores perdas de território, com diversas divisões. Duas perdas significativas de território marcaram Goiás na época colonial: O Triângulo Mineiro e o Leste do Mato do Grosso.

A região que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro pertenceu à capitania de Goiás, desde sua criação, em 1744, até 1816, pouco antes da independência brasileira. A região foi incorporada a Minas Gerais devido a pressões pessoais de integrantes de grupos dirigentes da região. Apesar de ter passado à hegemonia mineira, o Triângulo continuou sofrendo influência goiana nas suas mais variadas ações, sobretudo na questão política. Em 1861, a Assembleia Geral sediou uma das maiores discussões políticas à época, entre parlamentares de Minas Gerais e de Goiás, por conta da tentativa mineira de ampliar ainda mais o território de Minas Gerais, incorporando áreas do Sul Goiano e próximas ao Rio São Marcos, administradas pela Capitania de Goiás.

As capitanias de Mato Grosso e Goyaz começaram as discussões acerca de seus limites territoriais em 1753. Como resultado das discussões, ficou definido que os limites entre as duas capitanias seria a partir do Rio das Mortes até o Rio Pardo, sendo que este último seria usado como o último limite entre as duas, por sua localização quase na fronteira do Brasil com Bolívia. Em 1838, Mato Grosso reiniciou as movimentações de contestação de limites territoriais, criando a vila de Sant'Ana do Paranaíba, próximo ao limite pré-estabelecido com Goiás. O caso foi tratado pela Assembleia Geral apenas em 1864, que criou uma legislação específica para o en-

trave. A situação perdurou até a República Velha, com a criação do município de Araguaia em 1913 por parte de Mato Grosso, e criação de Mineiros por parte de Goiás, o que culminou no agravamento do conflito. A questão ficou em suspenso até 1975, quando uma nova demarcação foi efetuada, durante o Regime militar. A decisão final veio em 2001, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) demarcou, por definitivo, a nascente "A" do Rio Araguaia como ponto de partida das linhas demarcatórias entre os dois estados, resultando em perda territorial para Goiás.

#### **A INDEPENDÊNCIA DE GOIÁS.**

O processo de independência de Goiás se deu gradativamente, impulsionado pela formação de juntas administrativas. O desenvolvimento e povoamento do estado deu-se, de forma mais intensificada, a partir da mudança da capital para Goiânia, na década de 1930, e com a construção de Brasília, em 1960.[9]

Em 1893, a Comissão Cruls, com base na Constituição de 1891, definiu o território do novo Distrito Federal, que seria desmembrado das terras de Goiás. Mas Brasília foi inaugurada somente em 1960.

Em 1933, começou a construção de Goiânia para ser a nova capital do Estado, com projeto dos urbanistas Atílio Corrêia Lima e Armando de Godoy. A ideia de mudança da capital existia desde o século 18, mas se efetivou apenas em 23 de março de 1937.

Após a inauguração de Brasília, em 1960, o desenvolvimento de Goiás tomou grande impulso.

#### **GOIÁS NO PERÍODO IMPERIAL.**

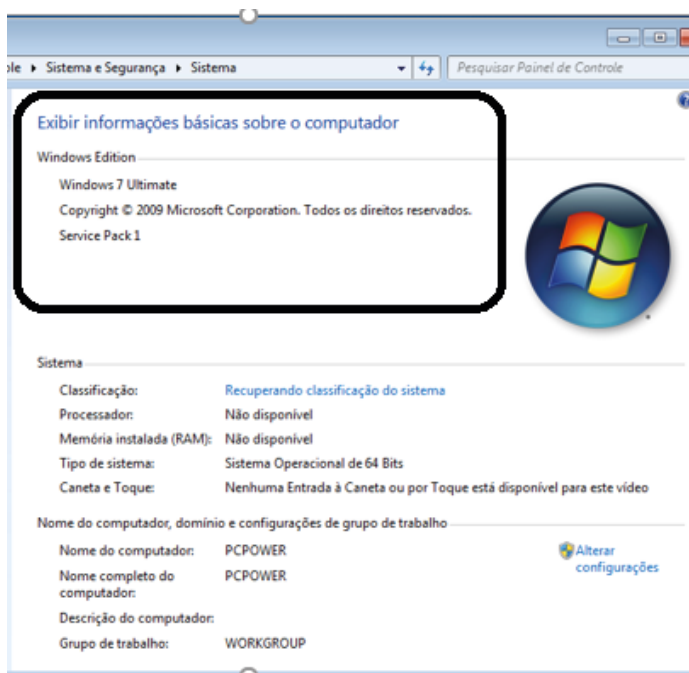
De 1780 em diante, a Capitania de Goiás iniciou um processo de ruralização e regressão a uma economia de subsistência, devido ao esgotamento das jazidas auríferas, o que causou graves problemas financeiros, pela ausência de um produto básico rentável. Os portugueses agiram ativamente para tentar reverter essa situação, incentivando e promovendo a agricultura na região. Todavia, a ação não gerou resultados positivos, já que os agricultores temiam o pagamento de dízimos. Outros motivos que contribuíram para o fracasso da iniciativa foi a ausência de um mercado consumidor, dificuldade de exportação - sobretudo pela ausência de um sistema viário - e a falta de interesse dos mineiros pelo trabalho agrícola, pouco rentável.

Quando o Brasil conquistou a independência, em 1822, a Capitania de Goyaz foi elevada à categoria de província. Porém, essa mudança pouco alterou a realidade socioeconômica de Goiás, que ainda enfrentava um quadro de pobreza e isolamento geográfico. Poucas mudanças ocorreram, sendo a maioria de ordem política e administrativa. A expansão da pecuária em Goiás alcançou relativo êxito nas três primeiras décadas do século XIX, resultando em um significativo aumento populacional, principalmente no sul da província. A maioria dos migrantes que chegavam ao estado, vinham de outras províncias próximas, como Grão-Pará, Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Com essa migração, surgiram novas localidades, que logo tornaram-se cidades: no sudoeste goiano, Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia (então Rio Bonito), Quirinópolis (então Capelinha), entre outras. O norte da província também mudou conside-

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

FAMÍLIA DE SISTEMAS OPERACIONAIS MICROSOFT WINDOWS PARA MICROCOMPUTADORES PESSOAIS: INTERFACE GRÁFICA DO USUÁRIO E SEUS ELEMENTOS, ALÉM DA UTILIZAÇÃO DA AJUDA E SUPORTE E DOS ATALHOS DE TECLADO.

## Windows 7

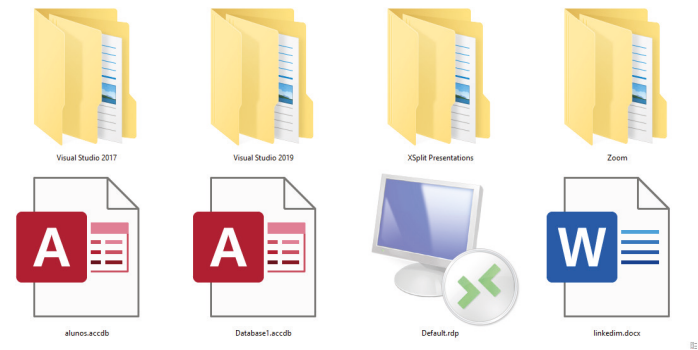


### Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome "pasta" ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.



No caso da figura acima, temos quatro pastas e quatro arquivos.

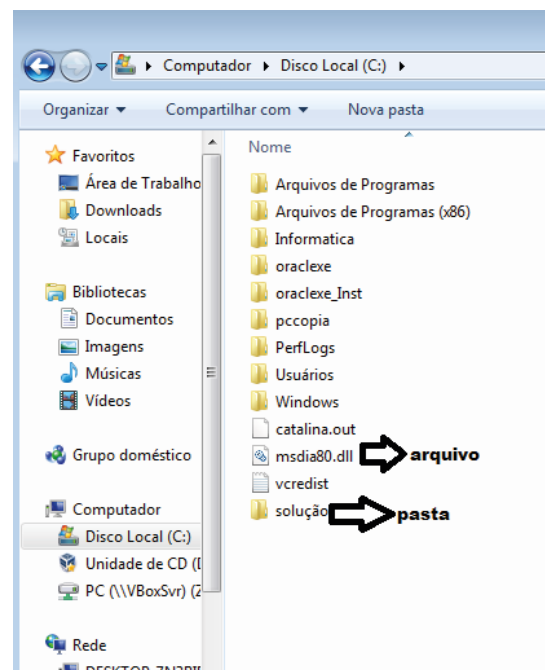
### Arquivos e atalhos

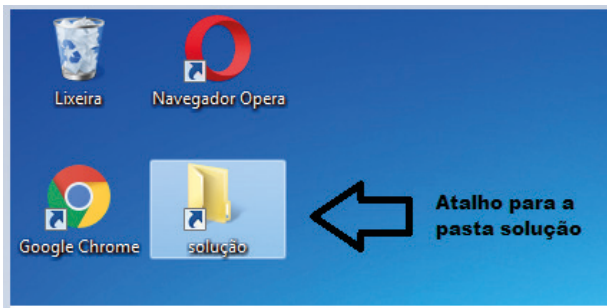
Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado.

Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc.), aplicativos diversos, etc.

- **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.





Área de trabalho do Windows 7



**Área de transferência**

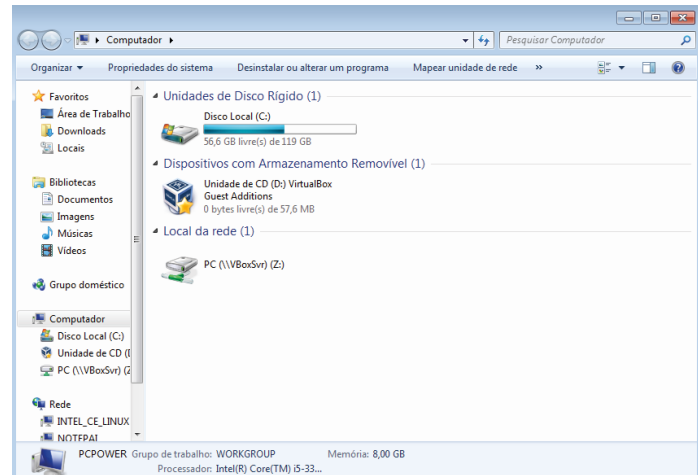
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

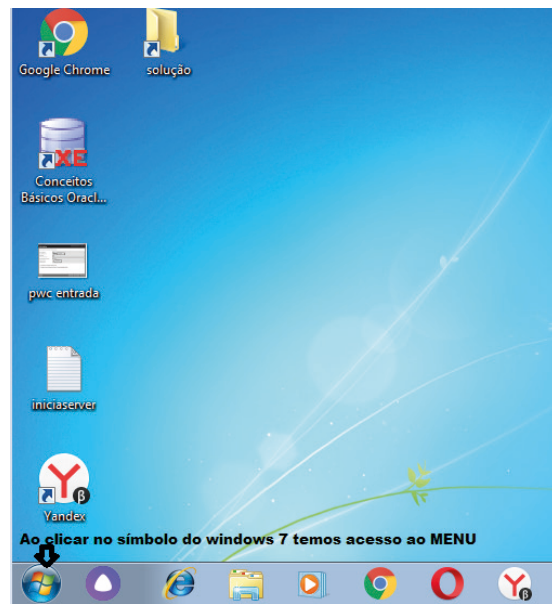
– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

**Manipulação de arquivos e pastas**

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



**Uso dos menus**



**Programas e aplicativos**

- Media Player
- Media Center
- Limpeza de disco
- Desfragmentador de disco
- Os jogos do Windows.
- Ferramenta de captura
- Backup e Restore

**Interação com o conjunto de aplicativos**

Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

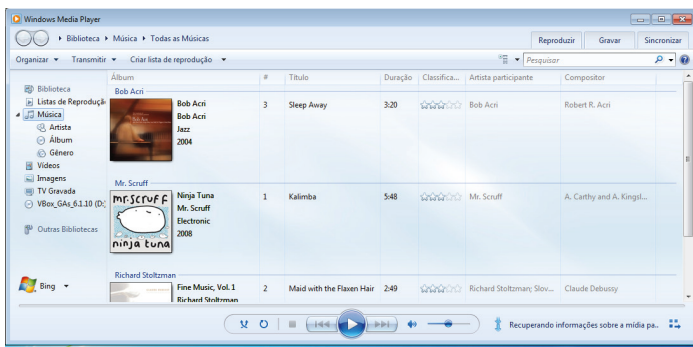
**Facilidades**



O Windows possui um recurso muito interessante que é o Capturador de Tela, simplesmente podemos, com o mouse, recortar a parte desejada e colar em outro lugar.

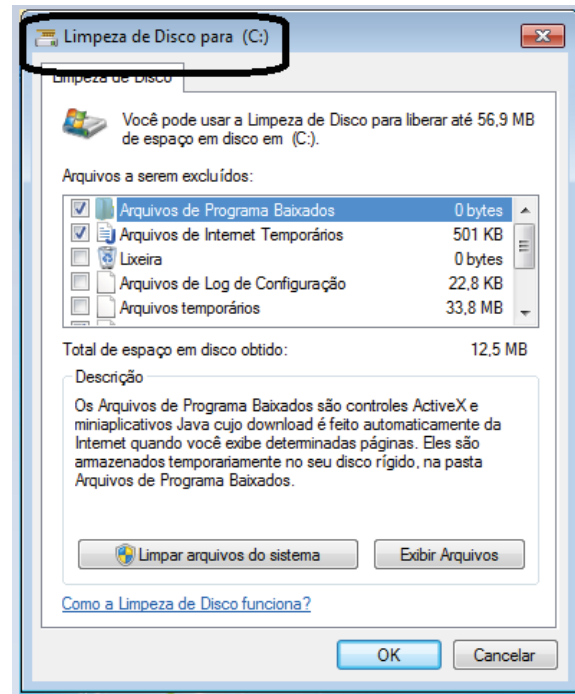
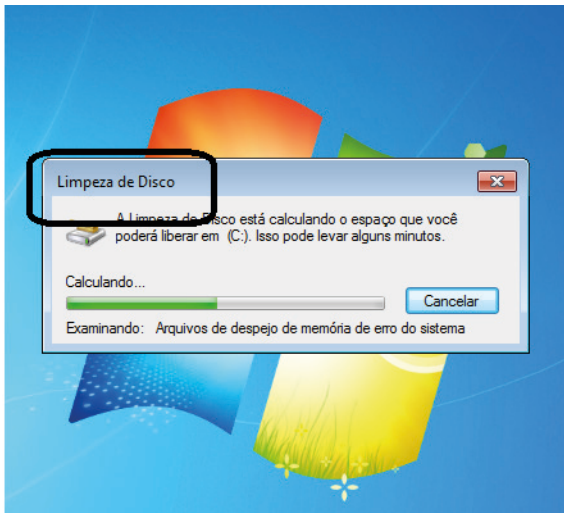
**Música e Vídeo**

Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

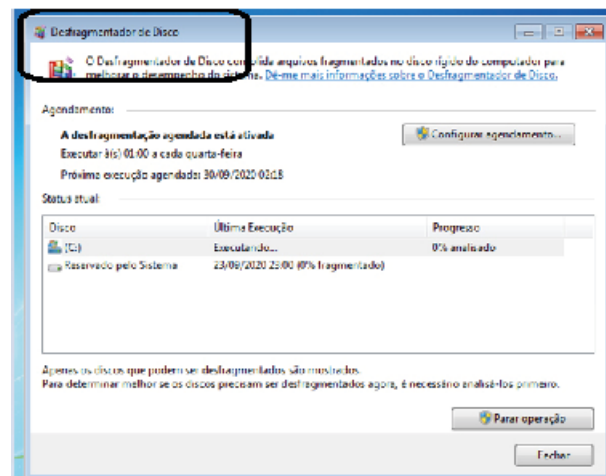


**Ferramentas do sistema**

• A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



• O **desfragmentador de disco** é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.



• O **recurso de backup e restauração** do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.



# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Assistente Social

### A CRISE CONTEMPORÂNEA E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE CAPITALISTA

As concepções da política social<sup>1</sup> supõem sempre uma perspectiva teórico metodológica, o que por seu turno têm relações com perspectivas políticas e visões sociais de mundo. Toda análise de processos e relações sociais, na verdade, é impregnada de política e disputa de projetos societários, apesar de algumas perspectivas analíticas propugnarem de variadas formas o mito da neutralidade científica ou sua versão mais sofisticada, a neutralidade axiológica, segundo Weber. A política social como processo é reveladora da interação de um conjunto muito rico de determinações econômicas, políticas e culturais, e seu debate encerra fortes tensões entre visões sociais de mundo diferentes. Ao mesmo tempo em que tais determinações podem ser reveladas, no mesmo passo podem ser encobertas pelo véu ideológico do “mundo da pseudoconcretidade”, aquele que, segundo Kosik, precisa ser destruído para que possamos ir além das suas manifestações fenomênicas, imediatas e aparentes, para em seguida reconstruí-lo no nível do pensamento com toda a sua riqueza. Tanto que, muitas vezes, o debate sobre a política social torna-se fortemente descritivo – a partir de uma forte influência funcionalista, com sua perspectiva de tomar os fatos sociais como coisas –, com um volume excessivo de dados técnicos, os quais evidentemente não falam por si: requisitam a análise exaustiva de suas causas e inter-relações, e das razões econômico-políticas subjacentes aos dados. Esse é um procedimento que amiúde despolitiza a questão, transferindo-a para uma dimensão instrumental e técnica, e esvaziando-a das tensões políticas e societárias que marcam a formulação e a cobertura das políticas sociais. Entretanto, no contexto da crise contemporânea e do neoliberalismo, que afeta também as formas de pensar, a influência do funcionalismo talvez esteja realmente num momento de revival. Exemplo disso é o resgate da idéia durkheimiana de anomia para a explicação das transformações contemporâneas, que seriam uma espécie de condição mórbida e patológica geral da sociedade, marcada pela desagregação e pelo desequilíbrio social, manifesto pela incapacidade da sociedade de exercer sua ação sobre os indivíduos, levando a disfunções e conflitos. No estado de anomia, há uma espécie de curto-circuito no contato entre os “órgãos” que compõem o organismo social, bem como um afrouxamento das normas sociais. Trata-se, na atualidade, de um resgate dessa perspectiva analítica para descrever a “desorganização” do capitalismo contemporâneo, a “nova” questão social e os também “novos” formatos e coberturas da política social diante da crise do modelo anterior de regulamentação e de consciência coletiva, no contexto do colapso das instituições que “harmonizavam” a sociedade, em especial da relação salarial, em que a política social tem uma presença central.

1 BEHRING, E. R. *Política Social no contexto da crise capitalista.*

De outro ângulo, encontram-se perspectivas prescritivas: discute-se, não a política social como ela é, mas como ela deve ser, sobrepondo-se o projeto do pesquisador à análise da realidade. Com isso inviabiliza-se o conhecimento mais aprofundado da política social, bem como a formulação de estratégias consistentes por parte dos sujeitos políticos envolvidos. O superdimensionamento analítico unilateral das determinações econômicas ou políticas ou mesmo a separação/isolamento dessas esferas também tem sido recorrente nas discussões sobre o tema, bem como a formulação de classificações, modelos e “tipos ideais” de forte inspiração weberiana, propondo-se inúmeras tipologias de política social a partir da análise de experiências históricas comparadas.

Neste texto, portanto, a política social é abordada a partir da perspectiva crítico-dialética. Esta tem a potencialidade de evitar abordagens unilaterais, monocausais, idealistas, funcionalistas e a-históricas. Trata-se de analisar as políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades. A condição histórica e social da política social deve ser extraída do movimento da sociedade burguesa, em geral e também nas manifestações particulares nos Estados nacionais.

### Política Social no Capitalismo: uma breve análise de sua trajetória

Com base na perspectiva metodológica anteriormente explicitada, a intenção é caracterizar as tendências da política social no contexto do liberalismo; do keynesianismo-fordismo, que predomina após a Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970; e do neoliberalismo, que se espraia a partir da virada para uma onda longa de estagnação a partir da crise de 1973/1974, e mais contundentemente com a ascensão de governos conservadores ao poder em fins dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, sendo que este último período, no qual nos encontramos, será tratado num item a parte, tendo em vista oferecer elementos para sua interpretação.

A lógica liberal funda-se na procura do interesse próprio pelos indivíduos, portanto, seu desejo supostamente natural de melhorar as condições de existência, tende a maximizar o bem-estar coletivo. Os indivíduos, nessa perspectiva, são conduzidos por uma mão invisível – o mercado – a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial. A “loucura das leis humanas” não pode interferir nas leis naturais da economia, donde o Estado deve apenas fornecer a base legal, para que o mercado livre possa maximizar os “benefícios aos homens”. Trata-se, portanto, de um Estado mínimo, sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil, na qual se localiza a virtude. Um Estado com apenas três funções: a defesa contra os inimigos externos; a proteção de todo o indivíduo

de ofensas dirigidas por outros indivíduos e o provimento de obras públicas, que não possam ser executadas pela iniciativa privada. Adam Smith, principal formulador dessas concepções, acreditava que os indivíduos, ao buscarem ganhos materiais, são orientados por sentimentos morais e por um senso de dever, o que asseguraria a ausência da guerra de todos contra todos, preconizada por Hobbes. A coesão social se originaria na sociedade civil, com a mão invisível do mercado e o cimento ético dos sentimentos morais individuais. Não há para ele, portanto, contradição entre acumulação de riqueza e coesão social.

Esse raciocínio tornar-se-á, ao lado da ética do trabalho, amplamente hegemônico, na medida em que a sociedade burguesa se consolida. Trata-se de uma sociedade fundada no mérito de cada um em potencializar suas capacidades supostamente naturais. O liberalismo, nesse sentido, combina-se a um forte darwinismo social, em que a inserção social dos indivíduos se define por mecanismos de seleção natural. Tanto que Malthus, por exemplo, recusava drasticamente as leis de proteção, responsabilizando-as pela existência de um número de pobres que ultrapassava os recursos disponíveis. A legislação social, para ele, revertia leis da natureza. Nas suas palavras: “há um direito que geralmente se pensa que o homem possui e que estou convicto de que ele não possui nem pode possuir: o direito de subsistência, quando seu trabalho não a provê devidamente”. Nesse ambiente intelectual e moral, não se devia depender recursos com os pobres, dependentes ou “passivos”, mas vigiá-los e puni-los, como bem mostrou o estudo de Foucault ou expressa a nova Lei dos Pobres de 1834. Relação semelhante se mantém com os trabalhadores: não se deve regulamentar salários, sob pena de interferir no preço natural do trabalho, definido nos movimentos naturais e equilibrados da oferta e da procura no âmbito do mercado. Trata-se da negação da política e, em conseqüência, da política social.

O enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, como resultado de alguns processos político-econômicos, dos quais vale destacar dois. O primeiro foi o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos importantes, obrigando a burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos”, diga-se, a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos, sendo que a luta em defesa da diminuição da jornada de trabalho, tão bem analisada por Marx (1988), foi uma forte expressão desse processo, bem como a reação da burguesia alemã frente ao crescimento da socialdemocracia, como movimento de massas, propondo os seguros sociais e a legislação de acidentes de trabalho. Vale lembrar que a vitória do movimento socialista em 1917, na Rússia, também foi importante para configurar uma atitude defensiva do capital:

*- intervenção do Estado no “organismo social” seria contrária à evolução natural da sociedade, em que os menos aptos tenderiam a desaparecer.*

*- frente ao movimento operário; assim como as mudanças no mundo da produção, com o advento do fordismo. É que tais mudanças ofereceram maior poder coletivo aos trabalhadores, que passaram a requisitar acordos coletivos de trabalho, direitos sociais e ganhos de produtividade, o que vai se generalizar apenas no pós guerra.*

O segundo e não menos significativo processo foi a concentração e monopolização do capital, demolindo a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais. Cada vez mais o mercado vai ser liderado por grandes monopólios, e a criação de empresas vai depender de um grande volume de investimento, dinheiro emprestado pelos bancos, numa verdadeira fusão entre o capital financeiro e o industrial, bem captada por Lênin. A concorrência intercapitalista feroz entre grandes empresas de base nacional ultrapassou as fronteiras e se transformou em confronto aberto e bárbaro nas duas grandes guerras mundiais. Mas, para além das guerras, existe um divisor de águas muito importante, a partir do qual as elites político-econômicas começam a reconhecer os limites do mercado, se deixado à mercê dos seus movimentos tomados como naturais: a crise de 1929/1932, também conhecida como Grande Depressão. Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque e se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados e se instaura, em paralelo à revolução socialista de 1917, uma forte crise de legitimidade do capitalismo.

A expressão teórica e intelectual dessa limitada autocrítica burguesa teve seu maior expoente em Keynes, com sua Teoria Geral, de 1936. A situação de desemprego generalizado dos fatores de produção – homens, matérias-primas e auxiliares, e máquinas – no contexto da depressão, indicava para ele que alguns pressupostos clássicos e neoclássicos da economia política não explicavam os acontecimentos. Keynes questionou alguns deles, pois via a economia como ciência moral, não natural; considerava insuficiente a Lei de Say (Lei dos Mercados), segundo a qual a oferta cria sua própria demanda, impossibilitando uma crise geral de superprodução; e, nesse sentido, colocava em questão o conceito de equilíbrio econômico, segundo o qual a economia capitalista é autorregulável e tende à estabilidade.

Assim, a operação da mão invisível não necessariamente produz a harmonia entre o interesse egoísta dos agentes econômicos e o bem-estar global. As escolhas individuais entre investir ou entesourar, por parte do empresariado, ou entre comprar ou poupar, por parte dos consumidores e assalariados, podem gerar situações de crise, em que há insuficiência de demanda efetiva e ociosidade de homens e máquinas (desemprego). Especialmente, as decisões de investimento dos empresários, pelo volume de recursos que mobilizam, têm fortes impactos econômicos e sociais. Tais decisões são tomadas a partir do retorno mais imediato do capital investido e não de uma visão global e de conjunto da economia e da sociedade, o que gera inquietações sobre o futuro e o risco da recessão e do desemprego. Para Keynes, diante do animal spirit dos empresários, com sua visão de curtíssimo prazo, o Estado tem legitimidade para intervir por meio de um conjunto de medidas econômicas e sociais, tendo em vista gerar demanda efetiva, ou seja, disponibilizar meios de pagamento e dar garantias ao investimento, inclusive contraindo déficit público, tendo em vista controlar as flutuações da economia. Segundo Keynes, cabe ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem, nos períodos de depressão, como estímulo à economia. Dessa política resultaria um déficit sistemático no orçamento. Nas fases de prosperidade, ao contrário, o Estado deve manter uma política tri-

butária alta, formando um superávit, que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para a formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão.

Nessa intervenção global, cabe também o incremento das políticas sociais. Aí estão os pilares teóricos do desenvolvimento do capitalismo pós-segunda guerra mundial. Ao keynesianismo agregou-se o pacto fordista – da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho –, e estes foram os elementos decisivos – fortemente dinamizados pela guerra-fria, o Plano Marshall de apoio à reconstrução da Europa e o armamentismo – da possibilidade político-econômica e histórica do Welfare State. A formulação de T. H. Marshall sobre a cidadania, em 1949, num contexto de ampla utilização das estratégias fordistas-keynesianas, foi paradigmática das transformações societárias daqueles anos, em que o tema da política social ganha um novo estatuto teórico, expressão de seu novo estatuto histórico nas realidades concretas dos países, aqui se destacando o padrão de bem-estar social europeu. Na verdade, tal formulação encerra uma espécie de comemoração socialdemocrata do fim da história, diga-se, com a consolidação dos direitos sociais haveria uma tendência de subsumir a desigualdade de classes à cidadania, o que não se confirmou três décadas depois.

Contudo, os “Anos de Ouro” do capitalismo “regulado” e da social democracia começam a se exaurir no final dos de 1960. As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras civilizadoras cada vez mais amplas e a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, não são as mesmas, contrariando expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas cresceram perigosamente. A explosão da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão – catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1974 – foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à proteção social estava abalado no capitalismo central e comprometido na periferia do capital onde não se realizou efetivamente. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais.

### **Crise Contemporânea e Política Social**

A reinvenção do liberalismo promovida pelos neoliberais no final dos anos de 1970 e 1980, espalhando-se na década de 1990 em todo o mundo, foi uma reação teórica e política ao keynesianismo e ao Welfare State. A reversão do ciclo econômico, em fins dos anos de 1960 e mais visivelmente a partir de 1973, dá um novo fôlego às teses neoliberais, que atribuem a crise ao poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a destruição dos níveis de lucro das empresas e a inflação; ou seja, a crise é um resultado do keynesianismo e do Welfare State. A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas:

- 1) *um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda;*
- 2) *um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas;*

- 3) *a busca da estabilidade monetária como meta suprema;*
- 4) *uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro;*
- 5) *uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e*
- 6) *o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior. Apenas no final dos anos de 1970, início dos de 1980, tais indicações transformam-se em programas de governo, com Margaret Thatcher (Inglaterra, 1979), Ronald Reagan (EUA, 1980) e Helmut Kohl.*

Para Anderson, as promessas do neoliberalismo foram cumpridas apenas em parte. Se houve controle da inflação e retomada das taxas de lucro, fundadas no crescimento do desemprego e na queda da tributação, não houve, contudo, uma reanimação do capitalismo, com taxas de crescimento estáveis, como no período anterior. Isso porque a desregulamentação financeira levou a uma verdadeira explosão das operações especulativas, e o Welfare State não diminuiu como o previsto, apesar das perdas e danos aos direitos. Pelo contrário, o crescimento do desemprego levou ao aumento da demanda por proteção social e por maiores gastos públicos. Na América Latina, pode-se identificar uma “virada continental para o neoliberalismo” no final dos anos de 1980, apesar das pioneiras experiências chilena e argentina sob governos ditatoriais, mediada pelas características políticas e econômicas da região. No Brasil, temos uma espécie de chegada tardia do neoliberalismo, o que tem relação com a força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas, que analisamos em outro trabalho. Tanto que conseguimos inscrever o conceito de seguridade social na Constituição de 1988, apesar de suas restrições a apenas três políticas, e da tensão entre universalidade e seletividade que está presente em seus princípios.

Para Anderson, o neoliberalismo é constituído por “um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar o mundo à sua imagem”, ou seja, está destinado a disputar hegemonia, opinião que também é compartilhada por Mota (1995). Sônia Draibe (1993), por sua vez, sustenta que o neoliberalismo viveu uma primeira fase de ataque ao keynesianismo e ao Welfare State. No entanto, há uma segunda fase, esta mais propositiva, com ênfase, no que diz respeito aos programas sociais, no trinômio articulado da focalização, privatização e descentralização. Assim, trata-se de desuniversalizar e assistencializar as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público. Uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. O carro-chefe dessa proposição é a renda mínima, combinada à solidariedade por meio das organizações na sociedade civil. A renda mínima não pode ter um teto alto, para não desestimular o trabalho, ou seja, há uma perversa reedição da ética do trabalho, num mundo sem trabalho para todos.

Em fins dos anos de 1990, o resultado geral deste programa, que repõe a negação da política e, em consequência, da política social, é desalentador. Do ponto de vista social, atesta-se o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo (NETTO, 2006). Ao lado disso, prevalecem taxas medíocres de crescimento e maio-